

## EDITORIAL

**Prezado Leitor** do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos,

A Secretaria-Executiva da Comissão de Ética Pública Setorial (SECEPS), com o intuito de contribuir para a disseminação dos valores éticos no âmbito do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, idealizou o presente Boletim Informativo, que compreenderá textos curtos, com linguagem clara e acessível, contendo informações e orientações sobre conduta ética.

É com grande satisfação que divulgamos esta primeira edição do nosso boletim, veículo que apresentará entrevistas com membros da Comissão de Ética Pública Setorial (CEPS), resenhas, divulgação de boas práticas, além de agendas de cursos e eventos.

Nos informes, também disponibilizaremos notícias sobre a atuação da CEPS, bem como divulgaremos conteúdos **sobre o direito dos cidadãos e dos servidores às instâncias éticas**.

O Boletim Informativo da CEPS é um instrumento de divulgação para todos nós! **Se tiver alguma sugestão de texto, ação ou material a ser divulgado, escreva para nós!**

Brasília, abril de 2022.

**Priscila Carla da Silva**  
**Secretária-Executiva da CEPS**

**nº 01 – Abril / 2022**

## CALENDÁRIO

### Definido o calendário de Reuniões Ordinárias para 2022

O calendário das Reuniões Ordinárias da Comissão de Ética Pública Setorial do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (CEPS/MMFDH) para 2022 já está definido.

Nos termos do art. 6º da Resolução CEP nº 10/2008, as Comissões Setoriais devem se reunir pelo menos uma vez ao mês, sendo recomendado que o calendário de reuniões ordinárias esteja registrado no Plano de Trabalho da Comissão:

*Art. 6º As Comissões de Ética se reunirão ordinariamente pelo menos uma vez por mês e, em caráter extraordinário por iniciativa do Presidente, dos seus membros ou do Secretário-Executivo.*

Agora que estamos organizados para as reuniões de 2022, vamos aos trabalhos!



**nº 01 – Abril / 2022**

### DESTAQUE

#### Lançado o site da Comissão de Ética Pública Setorial do MMFDH



Considerando que a internet é um veículo de comunicação de extrema relevância na atualidade, a Secretaria-Executiva da Comissão de Ética Pública Setorial do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (CEPS/MMFDH), idealizou um site novinho para facilitar o acompanhamento do trabalho desenvolvido pela CEPS.

O novo site da nossa Comissão de Ética já está disponível no portal do Ministério. A ferramenta dá acesso a diversas informações sobre o colegiado, como sua composição, calendário e pautas de reuniões, além de boletins, informações e orientações sobre como realizar denúncias.

**Confira o endereço:** <https://www.gov.br/mdh/pt-br/acesso-a-informacao/governanca/comissao-de-etica-publica-setorial>

---

### **nº 01 – Abril / 2022**

“Para além da transparência, uma entrega como essa mostra nossa efetividade e compromisso com a ética pública. Este é um serviço fundamental de colaboração para quem acessar o portal”, afirmou o Presidente da Comissão e Assessor Especial da Ministra, Sandro Lúcio Dezan.

O site vem atender a um dos princípios da ética pública, que é a transparência. Com ele, nós queremos dar transparência às ações da Comissão de Ética, bem como abrir um espaço onde as pessoas que trabalham no MMFDH possam tirar dúvidas e obter informações sobre ética pública.

## BOAS PRÁTICAS

### Regras para recebimento de presentes por agentes públicos



As regras para a participação de agentes públicos em audiências e o recebimento de hospitalidades, presentes e brindes estão em vigor desde janeiro. Os dispositivos estão contidos no Decreto nº 10.889, publicado em dezembro de 2021 com o intuito de garantir maior transparência às relações de representação privada de interesses — interação entre agentes públicos e privados que ocorrem no Governo Federal.

Dentre as determinações está a vedação ao agente público do Poder Executivo Federal quanto ao recebimento de presentes de pessoas que tenham interesse em decisão sua ou do colegiado do qual participe. Esse impedimento, no entanto, não se aplica a brindes (itens de baixo valor econômico e distribuído de forma generalizada como cortesia, propaganda ou divulgação habitual), desde que o valor seja de até 1% do teto remuneratório do serviço público.

O Decreto também aponta a concessão de hospitalidades. Ofertas de serviço ou despesas de transporte, alimentação, hospedagem, cursos, seminários, congressos, eventos, feiras ou atividades de entretenimento poderão ser

### **nº 01 – Abril / 2022**

concedidas por agentes privados, desde que autorizadas no âmbito do órgão ou entidade.

Para reforçar os princípios democráticos, assegurando a participação social nos processos de decisão do Governo Federal, a legislação estabelece ainda a participação de agentes públicos em audiências. Conforme o texto, os representantes de interesses poderão ser ouvidos em audiência ou como expositores em audiências públicas.

### **e-Agendas**

Uma das inovações trazidas pelo Decreto nº 10.889/2021 foi a instituição do Sistema Eletrônico de Agendas do Poder Executivo Federal (e-Agendas) para registro e divulgação das informações das agendas de compromissos públicos dos agentes públicos federais.

Deverão ser fornecidas informações nas hipóteses de audiências, hospitalidades e presentes recebidos de agentes privados e ainda sobre viagens realizadas no exercício de sua função pública.

A partir do dia 9 de outubro de 2022, a utilização do e-Agendas, bem como os dispositivos que tratam do Sistema, serão obrigatórios pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta e pelas autarquias e fundações. Para empresas públicas e sociedades de economia mista, no entanto, a adoção será facultativa. A ferramenta será disponibilizada, gerenciada e mantida pela Controladoria-Geral da União.



## INFORMES

### Encontro Regional do SGEF – Sul/Sudeste acontece nos dias 27 e 28 de abril



Acontece, **nos dias 27 e 28 de abril**, o 1º Encontro Regional do Sistema de Gestão da Ética Pública do Poder Executivo Federal de 2022, voltado a temas de interesse das comissões de ética setoriais das regiões Sul e Sudeste. As inscrições ainda estão abertas! O evento ocorrerá no edifício Rio Branco 1 (RB1), no Rio de Janeiro. Todos os integrantes do SGEF estão convidados a participar dos eventos, mesmo aqueles fora de sua região de origem.

O encontro abordará temas como desafios para a promoção da ética na administração pública, além de assuntos abordando gestão da Ética, proposta do novo código de ética e conduta o agente público civil, conflito de interesses, entre outros. Também serão apresentadas Boas Práticas de comissões de ética setoriais.

A manhã do dia 28 de abril será reservada a atividades práticas com comissões de ética setoriais, com a realização de duas oficinas abordando os

### **nº 01 – Abril / 2022**

temas “Elaboração de Planos de Trabalho” e “Elaboração e acompanhamento de Acordo de Conduta Profissional e Pessoal (ACPP)”. No ato da inscrição, os interessados poderão indicar a oficina de seu interesse. A inscrição na oficina acontecerá por ordem de preenchimento do formulário e, caso as vagas de determinada oficina sejam totalmente preenchidas, a inscrição será, automaticamente, direcionada para a outra disponível.

### **Encontros do SGEP**

Os encontros regionais do SGEP têm como objetivo promover a cooperação técnica e a troca de conhecimento entre as comissões setoriais, bem como avaliar a qualidade da gestão da ética nos órgãos e entidades públicas federais. Assim, as reuniões serão palco de debates de temas relacionados à ética e gestão da ética pública, envolvendo agentes públicos e especialistas, e de compartilhamento de experiências e instrumentos para a consolidação da cultura ética no Poder Executivo federal, considerando a realidade dos órgãos e entidades das regiões envolvidas.

Estão previstos mais dois encontros, ainda no primeiro semestre de 2022, direcionados às regiões Norte e Nordeste e outro à região Centro-Oeste.



nº 01 – Abril / 2022

## Comissão de Ética do CNPq aborda o tema Ética Digital no Serviço Público



Neste mês, Patrícia Peck, advogada especialista em direito digital, abordou o tema "Ética Digital no Serviço Público" em uma *live* organizada pela Comissão de Ética do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

A abertura do evento contou com a participação do presidente do CNPq, Evaldo Vilela, e do presidente da Comissão de Ética Pública, Antônio Carlos Vasconcellos Nóbrega, que, na ocasião, falou sobre o papel da CEP e sobre a importância da temática abordada.

O evento se caracterizou como uma relevante oportunidade para reflexões e orientações sobre ética e as interações no mundo digital na atualidade, em especial, diante das novas ferramentas de gestão do trabalho.

Entre os tópicos abordados está a atenta separação do servidor como representante de determinada instituição e seu espaço pessoal nas mídias sociais e em grupos de *WhatsApp*. Também foram apresentadas as possibilidades de atuação do servidor durante o período eleitoral e enfatizada a questão da urbanidade e do respeito, que devem fazer parte da esfera digital tanto quanto na esfera física.

Clique e assista: <https://www.youtube.com/watch?v=ryjuKtMiTEQ&t=9s>

## **EXPEDIENTE**

**Boletim Informativo da Comissão de Ética Pública Setorial  
Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos  
Produzido pela Secretaria-Executiva da Comissão**

1ª Edição – Abril de 2022

**Secretária-Executiva:**  
Priscila Carla da Silva

**Elaboração e revisão de textos:**  
Priscila Carla da Silva